

Mapfre Previdência S.A.

CNPJ: 04.046.576/0001-40



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Mapfre Previdência S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuariais Independentes.

Rendas de contribuições e prêmios emitidos
As receitas com rendas de contribuições e prêmios emitidos totalizaram no exercício de 2025 R\$ 248,5 milhões, um decréscimo de 4,2% ou R\$ 11,0 milhões em relação ao ano anterior resultado decorrente do menor volume de vendas novas.

Sinistralidade
A sinistralidade em 2025 foi de 16,0% redução de 13,5p.p. em relação ao ano de 2024 decorrente da redução nas despesas com sinistros produto Dolo Mistó.

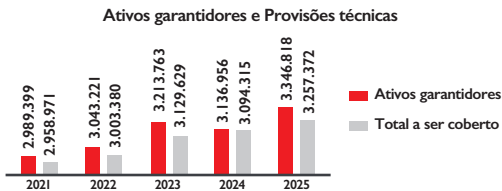
Despesas administrativas
As despesas administrativas totalizaram R\$ 14,7 milhões em 2025, o que representa uma redução de 31% em relação ao ano anterior, decorrente de redução de custos com terceiros.

Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou no ano de 2025 uma despesa de R\$ 13,2 milhões, o que representa uma piora de R\$ 38,4 milhões em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo aumento nas despesas com atualização, decorrentes da Provisão de Excedente Financeiro - PEF, referente às variações a mercado positivas dos Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos - FIE's classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA sendo que a variação a mercado é classificada no patrimônio líquido e a variação da PEF no resultado.

Resultado do exercício
O resultado totalizou no ano de 2025 um prejuízo de R\$ 3,4 milhões, piora de R\$ 38,4 milhões em relação ao ano anterior. Esta variação decorre, principalmente, pela piora do resultado financeiro.

Declaração de capacidade financeira
A Mapfre Previdência S.A. tem apresentado nos últimos 5 (cinco) anos líquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Ativos garantidores e Provisões técnicas



BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		2.601.440	2.533.354
Disponível	5	32	38
Caixa e bancos		32	38
Equivalentes de caixa	5	84	72
Aplicações	6	2.579.245	2.505.732
Créditos das operações com seguros e resseguros		-	4.395
Operações com resseguradoras		-	4.395
Créditos das operações com previdência complementar		436	421
Valores a receber		436	421
Outros créditos operacionais	7	5.500	4.483
Ativos de resseguro	8a	1.038	2.834
Títulos e créditos a receber		4.573	3.921
Títulos e créditos a receber		1.321	1.153
Créditos tributários e previdenciários	20b	2.875	2.432
Outros créditos		377	336
Outros valores e bens	6	6	6
Outros valores	6	6	6
Despesas antecipadas		27	46
Custos de aquisição diferidos	9	10.499	11.606
Seguros		10.191	11.208
Previdência		308	398
Ativo não circulante		846.081	710.913
Realizável a longo prazo		845.356	709.579
Aplicações	6	767.573	631.224
Outros créditos operacionais	7	22.878	20.990
Ativos de resseguro	8a	2.984	2.833
Títulos e créditos a receber		35.096	35.300
Créditos tributários e previdenciários	20b	32.140	32.555
Depósitos judiciais e fiscais	17a	2.956	2.745
Custos de aquisição diferidos	9	16.825	19.232
Seguros		16.471	18.583
Previdência		354	649
Investimentos		488	440
Participações societárias		488	440
Imobilizado		193	267
Bens móveis		193	267
Intangível		14	27
Outros intangíveis		14	27
Total do ativo		3.447.491	3.243.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos
Os acionistas da Mapfre Previdência S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de investimentos, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Sustentabilidade
Com o objetivo de integrar os aspectos ASG - Ambiental, Social e Governança aos seus negócios, a Mapfre estabeleceu uma estratégia robusta e consolidada, fundamentada em seus princípios e compromissos corporativos, que orientam a adoção de práticas voltadas à preservação do meio ambiente e ao fortalecimento das suas operações. Nesse contexto, a Companhia também atua para ampliar a oferta de seguros mais inclusivos, promovendo o acesso da proteção securitária a público em vulnerabilidade, bem como expandindo seu portfólio de soluções com produtos voltados à longevidade e a promoção da economia de baixo carbono.

Essa estratégia é operacionalizada por meio do Plano de Sustentabilidade 2024-2026, que define diretrizes e metas relacionadas à gestão da pegada ambiental, à promoção da economia circular, ao desenvolvimento de políticas inclusivas, à ampliação da acessibilidade aos seguros, à gestão da pegada social e à condução responsável de produtos, investimentos e subscrição, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Entre os principais destaques de 2025, ressaltam-se o lançamento do Floresta Mapfre, iniciativa ambiental estratégica que contribui diretamente para a meta corporativa global da Mapfre de alcançar a neutralidade de carbono em suas operações até 2030. O projeto prevê o plantio de 42 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica em uma área de aproximadamente 30 hectares no Parque Estadual Gil de Almeida, no Estado de São Paulo, possibilitando a captura estimada de 5 mil toneladas de CO₂. Esse volume permitirá à Companhia compensar integralmente suas emissões operacionais no ano de 2028.

No âmbito social, destacam-se a ampliação do projeto Mapfre na Favela, que passou a contemplar mais quatro localidades em diferentes regiões do país, com a disponibilização de três produtos de seguros e impacto social voltados a empreendedores de baixa renda residentes em comunidades, bem como o Mapfre Sênior Residencial, iniciativa direcionada à promoção da qualidade de vida da população idosa, por meio de produtos, serviços e soluções desenvolvidos para atender às necessidades específicas desse público.

Também foi lançado no COP30 o produto Bioseguro, um seguro para a mitigação do risco climático, que irá incentivar a criação de projetos de restauração de florestas não comerciais, contribuindo assim para geração de créditos de carbono.

Com essas iniciativas, a Mapfre reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e reafirma seu papel como agente de transformação social, promovendo o acesso ao seguro, a inclusão social, a mitigação do risco climático e a geração de valor compartilhado para a sociedade.

Fundação Mapfre
A Fundação Mapfre atua de forma ativa no Brasil para melhorar a qualidade de vida das pessoas e contribuir para o progresso social, por meio de iniciativas nas áreas de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguros e Previdência, Ação Social e Cultural. Além disso, o estabelecimento de

parcerias públicas com Secretarias de Educação, Segurança Pública, Prefeituras e Departamentos Estaduais de Trânsito são fundamentais para ampliar o alcance das atividades e impactar um número cada vez maior de pessoas em diferentes regiões.

Em 2025, a Fundação Mapfre celebrou 50 anos de atuação, consolidando uma trajetória marcada por desafios e impacto social. No Brasil, os programas realizados nesse período beneficiaram mais de 6,8 milhões de pessoas, entre atividades presenciais e digitais, além de alcançar uma audiência de +1,5 milhões de pessoas, contribuindo para: o bem-estar da sociedade, prevenção e redução de sinistros no trânsito, acesso à informação, o incentivo à inovação e à pesquisa e a ampliação da diversidade cultural.

Controles internos
A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance
O GRUPO Mapfre, com base na Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, e alterações, e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612 de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação
Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO Mapfre, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Outros assuntos
Em atendimento ao disposto no artigo 7º da Lei nº 15.177 de 23 de julho de 2025, a Companhia informa que as informações relacionadas à equidade de gênero serão apresentadas no relatório anual de Sustentabilidade no site da Mapfre Brasil (<https://www.mapfre.com.br/quem-somos/sustentabilidade/>).

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos motiva a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2025	2024
Rendas de contribuições e prêmios	19b	171.724	178.499
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder		(171.223)	(168.721)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		501	9.778
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		30.920	31.624
(+/-) Variação de outras provisões técnicas		(5.426)	4.177
(-) Benefícios retidos	19d	(129)	37
(-) Custos de aquisição	19e	(6.880)	(6.950)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	19f	5.329	(5.250)
(+) Prêmios emitidos	19c	70.335	74.766
(+) Contribuições para cobertura de riscos	19c	6.416	6.227
(+/-) Variações de provisões técnicas de prêmios	19c	(31.765)	(35.301)
(-) Prêmios ganhos	19a/c	44.986	45.692
(-) Sinistros ocorridos	19d	(7.196)	(13.486)
(-) Custos de aquisição	19f	(11.896)	(13.537)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	19g	3.890	6.048
(+/-) Resultado com resseguro	19g	(22.436)	(19.456)
(+) Receitas com resseguro		5.944	7.910
(-) Despesas com resseguro		(28.380)	(27.366)
(-) Despesas administrativas	19h	(14.678)	(21.324)
(-) Despesas com tributos	19j	(6.419)	(7.324)
(+/-) Resultado financeiro	19i	(13.187)	25.201
(+) Resultado patrimonial		48	57
(+) Resultado operacional		(2.373)	35.287
(=) Resultado antes dos impostos e participações		(2.373)	35.287
(-) Imposto de renda	20a	2	42
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido	20a	(1)	24
(-) Participações sobre o resultado		(1.042)	(397)
(=) Prejuízo líquido/Lucro líquido do exercício		(3.414)	34.956
(/) Quantidade de ações	18a	1.010.859	715.368
(=) Prejuízo líquido/Lucro líquido por ação		(4,46)	48,86

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(3.414)	34.956
Ajustes que podem ser reclassificados subsequentemente para o resultado		
Itens de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários	309	(54.449)
Variação no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	378	(91.231)
Redução do valor recuperável de ativos financeiros	136	484
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	48	57
sobre o valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(205)	36.298
Outros resultados abrangentes	313	39.439
Variação da taxa de juros da provisão complementar de cobertura	523	65.730
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre os demais ajustes patrimoniais	(210)	(26.291)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	(2.792)	19.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(3.414)	34.956
Ajustes para:		780.326	576.297
Depreciação e amortização		7.402	8.499
Variação das provisões técnicas - seguros e previdência complementar		781.899	580.452
Variação das provisões técnicas ativos de resseguro		(5.657)	(8.262)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos		533	(107)
Custos de aquisição diferidos		3.514	4.400
Tributos diferidos		(54)	-
Variação das provisões judiciais		52	(216)
Outros ajustes		(48)	(59)
Variação nas contas patrimoniais:		(825.634)	(609.204)
Aplicações		(209.349)	(15.317)
Créditos das operações de seguros e resseguros		4.395	(2.931)
Créditos das operações com previdência complementar		(15)	9
Ativos de resseguro - provisões técnicas		7.402	10.113
Títulos e créditos a receber		(168)	(137)
Créditos tributários e previdenciários		(389)	(2.083)
Despesas antecipadas		19	(23)
Depósitos judiciais e fiscais		(211)	(203)
Outros ativos		(3.479)	3.812
Obrigações a pagar		(3.031)	3.480
Impostos e contribuições		724	(486)
Débitos de operações com seguros e resseguros		(568)	484
Débitos de operações com previdência complementar		(931)	18
Depósitos de terceiros		(497)	(189)
Provisões técnicas - seguros e previdência complementar		(619.768)	(604.639)
Provisões judiciais		(91)	(1.001)
Outros passivos		486	(111)
Caixa (consumido) gerado pelas operações		(48.854)	2.049
Imposto de renda sobre o lucro - pago		(711)	(1.267)
Contribuição social sobre o lucro - pago		(429)	(785)
Caixa líquido consumido gerado nas atividades operacionais		(49.994)	(3)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	18a	50.000	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		50.000	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		6	(3)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		110	113
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		116	110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

of Principal and Interest, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda. Os ativos contabilizados com o método VJORA devem ser registrados ao valor justo no balanço patrimonial. Os juros calculados pela taxa efetiva são registrados no resultado e a variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é registrada contra o patrimônio líquido, na conta "Ajustes em títulos e valores mobiliários", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment"). *iii. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJORA)*. São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As cotas de investimentos, por serem um ativo que naturalmente não atende os critérios de *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*, são classificados como *VJR c) Redução ao valor recuperável: i. Ativos financeiros*: Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairmente), o CPC 48 - Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os *deficits* de caixa) ao longo da vida esperada do ativo financeiro. O *deficit* de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito pode ocorrer pelo aumento da aversão ao risco ou *default*, mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato. A provisão para perdas de crédito de um ativo financeiro é mensurada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 (doze) meses. No entanto, se na data do balanço o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas baseia-se em perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. Uma vez que é identificada uma evidência objetiva de desvalorização, a Companhia utiliza o método da perda esperada com dados específicos de cada *ISIN (International Securities Identification Number)* das carteiras da empresa. O cálculo é realizado para os ativos financeiros classificados nas categorias contábeis valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e custo amortizado. *ii. Operações de resseguros*: A Companhia reconhece uma Redução ao Valor Recuperável (RVR) de ativos cujas contrapartes são resseguradoras mediante estudo interno. O estudo técnico considera a estimativa da necessidade da redução ao valor recuperável (RVR) a ser constituída sobre os ativos sujeitos ao risco de contraparte (ativo de resseguro de PNG, ativo de resseguro de sinistros e créditos com resseguradores a recuperar), com base no histórico de no mínimo 5 anos de perdas com os resseguradores, bem como em informações de mercado que forneçam probabilidades de perdas com função do *rating* da contraparte. *iii. Ativos não financeiros*: Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Imobilizado**: O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para o que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas de 10% a 20%. **e) Intangível**: Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de *softwares*, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas de 10% a

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízo/Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024		196.274	-	(33.822)	(4.808)	157.644
Adoção inicial Circular SUSEP nº 678/2022		-	-	31.657	(53.331)	(21.674)
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros	18b	-	-	(54.740)	-	(54.740)
Variação líquida de outros resultados abrangentes - provisão complementar de cobertura	18b	-	-	7.782	-	7.782
Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros	</					

Mapfre Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

20%. **f) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **g) Mensuração dos contratos de seguros e das receitas relacionadas aos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do prêmio para os casos em que o risco tenha início de vigência antes da emissão, sendo a parcela de riscos prêmios ganhos reconhecida no resultado, em bases lineares, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As contribuições de segurados e os custos de aquisição diferidos são reconhecidos no resultado de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento. As rendas com taxa de gestão são estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo à data de fechamento do patrimônio líquido do fundo. **h) Resseguro:** É a operação pela qual a Companhia transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Companhia objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência dos contratos de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos e caso a caso nos contratos facultativos. Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, esses ativos são ajustados ao seu valor recuperável, levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3c.ii. Os valores a receber e a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **i) Custos de aquisição diferidos:** São compostos substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de contratos de previdência e apólices de seguros de vida, sendo a apropriação de resultado realizada pelo método "pro-rata-viável" tomando-se como diferimento de 60 (sessenta) meses para planos dotais e 85 (oitenta e cinco) meses para planos de previdência. **j) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Vida individual e detal misto:** A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC é constituída para os produtos estruturados em regime financeiro de capitalização, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, incluindo atualizações monetárias. Nessa provisão técnica encontram-se também os valores estimados referentes às ações judiciais. O ajuste de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNER considera o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. É calculado com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 60 (sessenta) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data base de referência. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa, calculada de acordo com a experiência histórica pelo Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 60 (sessenta) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data de aviso do sinistro. A Provisão de Excedentes Financeiros - PEF é constituída para os contratos que possuem cláusula de participação de excedentes financeiros e corresponde a uma parcela do rendimento financeiro que excede a rentabilidade mínima garantida dos planos. A Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura - PDC é calculada com base na metodologia prevista em nota técnica atuarial e constituída para a cobertura das despesas marginais diretamente relacionadas aos pagamentos de indenizações, benefícios e resgates relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de capitalização; e pagamento de benefícios relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura após a ocorrência de sinistro. A Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples - PDR é calculada com base na metodologia prevista em nota técnica atuarial e constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar das despesas diretamente relacionadas a sinistros ocorridos relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição simples, considerando também despesa relacionada à sindicância. A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência. **Prévidência complementar aberta, seguros de vida com cobertura por sobrevivência:** As Provisões Matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas, segundo regras previstas em nota técnica atuarial. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC vinculada aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência - VGBL e aos planos de previdência da modalidade gerador de benefícios livres - PGBL representa o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em Fundo de Investimentos Especialmente Constituídos - FIE. Para os planos previdenciários tradicionais, estruturados em regime financeiro de capitalização, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC é constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada a partir do montante das contribuições efetivas, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC representa o valor atual dos compromissos da Companhia para com o assistido durante o período de pagamento de benefícios, sob a forma de renda, considerando a opção de renda e juros garantidos determinados no contrato de concessão, e sobrevida do assistido a cada data-base do cálculo. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, incluindo atualizações monetárias. Nessa provisão técnica encontram-se também os valores estimados referentes às ações judiciais. O ajuste de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNER considera o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. É calculado com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 60 (sessenta) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data base de referência. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa, calculada de acordo com a experiência histórica pelo Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 60 (sessenta) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data de aviso do sinistro. A Provisão de Excedentes Financeiros - PEF é constituída para os contratos que possuem cláusula de participação de excedentes financeiros e corresponde a uma parcela do rendimento financeiro que excede a rentabilidade mínima garantida dos planos. A Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura - PDC é calculada com base na metodologia prevista em nota técnica atuarial e constituída para a cobertura das despesas marginais diretamente relacionadas aos pagamentos de indenizações, benefícios e resgates relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de capitalização; e pagamento de benefícios relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura após a ocorrência de sinistro. A Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples - PDR é calculada com base na metodologia prevista em nota técnica atuarial e constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar das despesas diretamente relacionadas a sinistros ocorridos relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição simples, considerando também despesa relacionada à sindicância. A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNNG constituída para as operações estruturadas no regime financeiro de Repartição Simples de Capitais por Cobertura, mensalmente calculada com base nos valores assumidos e emitidos e os riscos vigentes e não emitidos. A Provisão Complementar de Cobertura - PCC refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas e será constituída quando for constatada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos - TAP de acordo com o item 3j desta nota. **k) Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados**

Produto	Tábua	Taxa de Juros	Taxa de carregamento
Individual PGBL/VGBL	BR-EMSsb (male/female)	1,50% a.a.	0% a 6%
Individual PGBL/VGBL	BR-EMSsb (male/female)	0% a.a.	0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMSsb (male/female)	0% a.a.	0%

l) Teste de Adequação dos Passivos - TAP: A Companhia elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro e a Resolução CNSP nº 432 e Circular SUSEP nº 648 e alterações, ambas de 16 de novembro de 2021, e o teste de adequação de passivos em data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil dos passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. As projeções de fluxos de caixa dos contratos e certificados de riscos de sobrevivência assumidos pela companhia de acordo com características do plano, até a data-base de cálculo estão agrupadas de acordo com produto, tipo de cobertura/renda, taxa de mortalidade do plano, taxa de juros do plano, indexador do plano, percentual de excedente financeiro, forma de pagamento do excedente financeiro, ano de nascimento do participante, ano de entrada no plano, ano de término do diferimento. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP (ETTJ). Na apuração das premissas para as projeções dos fluxos de caixa, foram consideradas as melhores estimativas da série histórica em diversos períodos, compreendidos entre o último mês e até os últimos 5 anos de análise por grupos de contratos. O teste foi elaborado por grupo de contrato, bruto de resseguro e a princípio as premissas utilizadas para o grupo FGB/PGBL/VGBL foram taxa de conversão em renda de 2,90% e taxa de resgate de 97,10%, e para o grupo total misto a taxa de resgate de 100%. Também foram consideradas as premissas abaixo:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Cupons de IPCA, IGP-M, TR - (ETTJ SUSEP)
Tábua de mortalidade	BR-EMS
Taxa de juros contratada para passivos	0%, 2%, 3%, 4%, 5% e 6%
Taxa de juros esperada para os ativos	Cupons de IPCA, IGP-M e TR

De acordo com a Legislação Vigente, não podemos efetuar compensações entre fluxos relacionados a diferentes provisões, e com essa impossibilidade de compensação, o Grupo Produtos/Planos PMBC apresentou uma necessidade de Provisão Complementar de Cobertura no montante de R\$ 5.763 (R\$ 1.003 em 31 de dezembro de 2024), e para a PMBAC não houve necessidade de Provisão Complementar de Cobertura, como demonstrado a seguir:

Resultado TAP (PMBAC)	Resultado TAP (PMBC)		Resultado TAP (PPNG)	
	Não Registrado	Não registrado	Não Registrado	Não registrado
Grupo de contrato	Registrado	registrado	Registrado	registrado
Total misto	84.047	-	-	-
FGB/PGBL/VGBL	6.929	24.676	-	11
PCC contabilizada	-	-	(5.763)	-

Conforme facultado na Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022, a Companhia adotou como política contábil, aprovada pelo Conselho de Administração, a alocação da variação da PCC em decorrência de alteração na Taxa de Juros (ETTJ) no Patrimônio líquido, no montante de R\$ 13.492 (credor) (R\$ 8.095 líquida dos efeitos tributários), (R\$ 12.970 (credor) (R\$ 7.782, líquida dos efeitos tributários) em 31 de dezembro de 2024) Sendo que a variação da PCC, originária do risco de seguro, foi registrada contra o resultado de exercício e motivação bruto de R\$ 5.282 (devedor) (R\$ 5.258 (credor) em 31 de dezembro de 2024), não há variação de outras provisões técnicas. **m) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda, que levam em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos Contingentes são divulgados se existir uma substancial obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando a certeza do ganho e seu custo ou o valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **n) Benefícios aos empregados: i. Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, são oferecidos aos empregados e Administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. **ii. Obrigações com aposentadorias:** A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar de capitalização para os colaboradores do Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela Mapfre Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os

recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante. A Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios pós-emprego:** Há custeio do plano de saúde para ex-colaboradores e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa calculados e provisionados. Não houve provisionamento para o exercício. **o) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente contratos de previdência e receitas com resgates que são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes), ganhos na alienação de ativos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem a atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment), reconhecidas nos ativos financeiros. **p) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O tributo corrente é o imposto a pagar sobre a base tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apuração das demonstrações financeiras e somado ou diminuído de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O tributo diferido atrelado é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O tributo diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização desses ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se forem relacionados com o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **q) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referidos no último período, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Gestão de capital. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado como o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da Mapfre estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de 3 (três) linhas de defesa, envolvendo todo o Grupo Mapfre Brasil, incluindo as empresas do conglomerado como a Mapfre Re (SCI e EGR unificado), estabelecendo: a) Primeira linha: composta por empregados, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos; b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos; c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A Gestão de Riscos no Grupo Mapfre Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de riscos, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de Risco, VaR, indicadores de sensibilidade, Risk VaR, indicadores de risco, VaR, indicadores de risco e capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhorias sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos a tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Companhia investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de Cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes Órgãos de Governança: • **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração, deliberação e supervisão das atividades no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governança do Grupo. Ao Conselho de Administração compete aprovar os objetivos gerais do negócio, os planos estratégicos e alinhar os, bem como seus orçamentos anuais e planos de investimentos, as políticas e diretrizes gerais, sempre visando os melhores interesses do Grupo Mapfre e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; • **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; • **Comitê de Riscos:** o Comitê de Riscos é um órgão colegiado, de natureza permanente e caráter consultivo, vinculado à Diretoria da Mapfre Seguros Gerais S.A., na supervisão e gestão dos riscos relevantes que possam afetar o conglomerado supervisionado, em conformidade com a Resolução CNSP nº 467 de 25 de abril de 2024 e demais normativos internos. Sua finalidade é apoiar a Diretoria no desempenho das atribuições relativas à gestão de riscos da Mapfre. • **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio no região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolver e executar, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da Mapfre S.A.; • **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da Mapfre Brasil no que diz respeito à alocação dos investimentos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO Mapfre. O Comitê companhia e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e, além de assessorá-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO Mapfre; e • **Comitê de Fraudes e Conduta Ética:** é um órgão permanente e deliberativo que assegura decisões imparciais e alinhadas aos princípios de legalidade, isonomia, impessoalidade, boa-fé e julgamento objetivo. Seu objetivo é avaliar, direcionar e controlar atos de fraude interna ou externa, bem como supervisionar a aplicação do Código Ético e de Conduta e o Programa de Integridade. Além disso, coordena as ações do Programa de Integridade e define sanções ou medidas disciplinares conforme relatórios de investigação das áreas competentes. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a qualidade e continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes do uso inadequado de metodologias ou premissas atuariais, incluindo falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e precificação. Abrange os riscos de aceitação, cancelamento, longevidade, mortalidade, morbidade e desenho de produtos. Para controlá-lo, a Companhia segue as normas de subscrição de riscos, realiza acompanhamentos periódicos para evitar desvios, desenvolve produtos adequados à atual conjuntura, mantém contratos de resseguro para cobertura de eventos extremos de invalidez e morte, reavalia as provisões técnicas no mínimo anualmente e realiza testes de consistências e recálculos atuariais, para avaliar sua adequação técnico-operacional. O GRUPO Mapfre define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O GRUPO Mapfre utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com a transferência integral desses riscos à resseguradora Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S.A., pertencente ao mesmo grupo econômico, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e voláteis sejam minimizados. **Concentração de riscos:** As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada no valor de subscrição/prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

	2025		2024	
Região geográfica	VIDA/VGBL	% PGBL	% FGB-Tradicional	% Total
Centro Oeste	23	0,1	193	2,06
Nordeste	60	0,6	563	5,72
Norte	11	0,1	110	1,12
Sudeste	157.894	96%	59.055	78%
Sul	7.135	4%	7.823	10%
Total	165.123	100%	76.091	100%

	2025		2024	
Região geográfica	VIDA/VGBL	% PGBL	% FGB-Tradicional	% Total
Centro Oeste	19	0,1	113	2,08
Nordeste	51	0,6	502	7,16
Norte	10	0,1	684	9,96
Sudeste	132.783	96%	59.055	78%
Sul	6.001	4%	7.822	10%
Total	138.863	100%	76.090	100%

Líquido de resseguro

	2025		2024	
Região geográfica	VIDA/VGBL	% PGBL	% FGB-Tradicional	% Total
Centro Oeste	29	0,2	105	2,77
Nordeste	54	0,6	475	10,95
Norte	21	0,2	198	4,10
Sudeste	142.989	95%	58.112	75%
Sul	6.753	5%	7.217	9%
Total	149.846	100%	77.524	100%

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante comprometido e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram considerados os comportamentos das carteiras diante de três cenários de estresse: a) **Taxa de juros:** simulamos redução de 10% na taxa de juros, de acordo com trabalho de *Embedded Value* reportado à Espanha, pois a carteira de previdência possui produtos com garantias de rentabilidades predefinidas. b) **Taxa de mortalidade:** simulamos redução de 10% na taxa de mortalidade do risco de sobrevivência o que causa aumento da expectativa de vida, com base em estudo da carteira e em linha com trabalho de *Embedded Value* reportado à Espanha. c) **Taxa de conversão em renda:** simulamos aumento de 10% na taxa de conversão em renda, e consequente redução de resgate/cancelamentos, com base em estudo da carteira e em linha com trabalho de *Embedded Value* reportado à Espanha. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

	Impacto patrimônio líquido/ resultado (Bruto de impostos)		2025	
Sensibilidade	Redução de 10% a.a. na T.J.T.		Bruto de resseguro	
			(10.925)	(70.985)
			(6.811)	(79.375)
	Aumento de 10% na taxa de conversão em renda			432

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excessivas, é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos à exposição são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletida nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. A Companhia hoje opera somente com a resseguradora local Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S.A. e para ela foi considerado o *rating* da Mapfre Re Companhia de Resseguros S.A. Os prêmios de resseguros no montante de R\$ 28.380 (R\$ 27.366 em 31 de dezembro de 2024) possuem a classificação de *rating A*. O gerenciamento de risco de crédito de seguro refere-se às operações com resseguros incluído o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas por meio de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela Mapfre Investimentos Ltda., empresa do GRUPO Mapfre, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. Para os fundos especialmente constituídos VGBL/PGBL, a gestão dos fundos é feita também pelo BNP *Paribas Asset Management* Brasil Ltda. e GAUSS Capital Gestora de Recursos Ltda. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais e no caso dos outros títulos como ativos de crédito privado que tenham *rating* no mínimo A. Para os *ratings* avaliados abaixo de "A" estão garantidos pelo FGC - Fundo Garantidor de Créditos, entidade que administra a proteção aos investidores em depósitos ou créditos em instituições financeiras em caso de falência, intervenção ou liquidação. As agências avaliadoras de riscos são *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*, como demonstrado no quadro abaixo:

	AAA	AA+	AA	AA-	A+	Sem rating	2025 Total
Títulos de renda fixa públicos (**)	2.341.577	-	-	-	-	-	2.341.577
Certificados de depósitos bancários - CDB	92.281	19.474	26.429	96.381	-	-	234.565
Debêntures	56.776	-	-	-	-	-	56.776
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	-	-	-	-	1.506	-	1.506
Letras financeiras - LF	429.884	28.862	36.227	68.140	-	-	563.113
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	58.335	58.335
Caixa/contas a pagar/receber	-	-	-	-	-	(1.455)	(1.455)
Total	2.920.518	48.336	62.656	164.521	1.506	-	56.880

	AAA	AA+	A+	A-	Sem rating	2024 Total
Títulos de renda fixa públicos (**)	2.185.623	-	-	-	-	2.185.623
Certificados de depósitos bancários - CDB	167.697	-	-	-	-	167.697
Debêntures	71.881	-	-	-	-	71.881
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	-	-	99.042	72.841	2.	

Mapfre Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

Risco operacional: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A avaliação do Risco Operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio desta ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto.

Genciamento do risco operacional: A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios - PCN; • Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • Padrões éticos. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes. Outro mecanismo de avaliação se refere na avaliação de Compliance realizado para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativas e procedimentos). A Área de Genciamento de Riscos coordena o processo anual de identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório. Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da organização que possam antecipar e refletir sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Com a publicação da Resolução CNSP nº 467 de 25 de abril de 2024, as entidades devem implementar e manter Estrutura de Gestão de Riscos - EGR que considere, no mínimo, o foco nos seguintes riscos: • Subscrição; • Crédito; • Mercado; • Liquidez; • Operacional; e • Plano de Continuidade de Negócios. Consideramos também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos: • Cibernético; • Conformidade; • Estratégico; • Legal; • Tecnologia da Informação; e • Ambiental, Social e Governança. Foi constituído o Comitê de Riscos e implementadas Políticas de Controles Internos. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer alteração no mercado ocorrer e a medida que os mercados de investimento de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Companhia. A Companhia tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de

requerimentos estabelecidos pela Governança e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital** Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado - PLA igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido - CMR, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital-Base e o Capital de Risco - CR calculado. Respeitando os níveis do PLA, para qualidade de cobertura do CMR, observando: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

	2025	2024
Patrimônio líquido (a)	170.984	123.776
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(488)	(440)
Despesas antecipadas	(27)	(46)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(20.875)	(20.950)
Ativos intangíveis	(14)	(27)
Ativos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(27.324)	(30.838)
Custos contábeis (b)	(48.278)	(52.301)
Superávit entre provisões e fluxo realista registrado	55.577	47.959
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	55.577	47.959
PLA - Nível 1	110.741	59.677
PLA - Nível 2	55.578	47.959
PLA - Nível 3	11.514	11.798
Subtotal PLA - Nível (d)	177.833	119.434
Limitador CMR - PLA Nível 1	110.741	59.677
Limitador CMR - PLA Nível 2	26.865	27.529
Limitador CMR - PLA Nível 3	11.514	11.798
Subtotal PLA - Limitador (e)	149.120	99.004
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e - d)	(28.713)	(20.430)
4. PLA (Total) = PL + ajustes contábeis + ajustes econômicos + ajustes do excesso de nível 2 e 3 (f = a+b+c+f)	149.120	99.004
5. Capital Mínimo Requerido		
Capital base (CB)	15.000	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	76.577	78.653
Capital de risco de subscrição	68.261	67.816
Capital de risco de crédito	4.068	3.559
Capital de risco operacional	110.741	59.677
Capital de risco de mercado	11.431	17.761
Correlação entre os riscos	(9.126)	(12.963)
Capital mínimo requerido (h)	76.577	78.653
Suficiência de capital (i = g - h)	72.363	20.351
Suficiência de capital (j = h - g)	94,3%	25,9%
Índice de solvência (j = g / h)	1,94	1,26

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e bancos	32	38
Equivalente de caixa	84	72
Total	116	110

b) Composição das ações judiciais de natureza fiscais, civis e trabalhistas por probabilidade de perda

	2025		2024	
	Valor	Valor	Valor	Valor
Quantidade do risco provisionado	Quantidade do risco provisionado	Quantidade do risco provisionado	Quantidade do risco provisionado	Quantidade do risco provisionado
Fiscais	2	1.828	–	2
Possível	2	1.828	–	2
Cíveis	23	925	416	32
Provável	14	416	416	9
Possível	7	129	–	17
Remoto	2	380	–	6
Trabalhistas	1	66	66	2
Provável	1	66	66	2
Total	26	2.819	482	36

c) Movimentação

	2025			2024		
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial	361	160	521	284	1.454	1.738
Constituições/reversões	149	(85)	64	33	(430)	(397)
Atualização monetária	(28)	16	(12)	45	136	181
Pagamentos	(66)	(25)	(91)	(1)	(1.000)	(1.001)
Saldo final	416	66	482	361	160	521

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de saídas com estimativas de até 5 (cinco) anos para desembolos. O critério de atualização das provisões judiciais foi alterado para enquadramento do disposto na Lei nº 14.905/2024, bem como alinhado à entendimentos jurisprudenciais, entendendo como melhor enquadramento para todas as ações judiciais em andamento, o indexador IPCA para atualização monetária e o fator da Taxa Legal (SELIC - IPCA) para cômputo dos juros de mora. A aplicabilidade ocorreu para as ações judiciais em estoque, originadas antes ou depois da entrada em vigor da referida Lei. **Trabalhistas** - A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Companhia e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços por meio de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC acrescidas de juros. **Cíveis** - Referem-se a reclamações previdenciárias envolvendo pedidos de resgates e cláusulas contratuais. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC para atualização monetária e o fator da Taxa Legal (SELIC - IPCA) para cômputo dos juros de mora. **Fiscais** - A Companhia possui discussões tributárias na esfera judicial, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda dessas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores em risco são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC. Para a data-base de 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía registro contábil de contingência uma vez que suas ações judiciais são avaliadas com o risco possível, conforme demonstramos abaixo: **IRPJ/CSSL** - Discute judicialmente exigência de IRPJ/CSSL, em razão de pedidos de compensação - PER/DCOMP - s - não homologados pela Receita Federal. Valor em discussão depositado judicialmente atualizado por probabilidade de perda classificada como possível no montante de R\$ 1.060 (R\$ 1.002 em 31 de dezembro de 2024). **PIS/COFINS** - Discute judicialmente a incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. No âmbito do STJ, aguarda julgamento dos embargos de declaração opostos pela Companhia em face da decisão que negou provimento ao Recurso Especial. No âmbito do STF, aguarda julgamento do Recurso Extraordinário. Em razão da admissibilidade do Recurso Extraordinário foi apresentado pela Companhia pedido de tutela de urgência perante o Supremo Tribunal Federal para concessão de efeito suspensivo ao referido Recurso Extraordinário, o qual foi deferido pela Ministra Rosa Weber em 27 de abril de 2021. Posteriormente, em 05 de junho de 2024, o novo relator designado para o processo, Ministro Luiz Fux cassou o efeito suspensivo anteriormente concedido. A Companhia interpôs Agravo Interno em face da decisão de reconsideração e, em 27 de junho de 2024, sobreveio nova decisão do Ministro Luiz Fux que concedeu o efeito suspensivo, pleiteado no agravo, portanto, atualmente, a Companhia conta com a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários. Tendo em vista que o tema ainda pendente de decisão final no âmbito do STF, e tendo em vista que em oportunidade anterior a referida corte se manifestou de forma contrária a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras decorrentes das reservas técnicas, os assessores legais da Companhia seguem com a avaliação da probabilidade de perda como possível no montante de R\$ 768 (R\$ 681 em 31 de dezembro de 2024).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente integralizado é de R\$ 246.274 (R\$ 196.274 integralizado em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 1.010.859 (715.368 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2025 encontra-se pendente de aprovação, o aumento de capital no valor de R\$ 50.000 conforme processo SUSEP nº 14.914.672293/2025-01, representando o aumento de 295.491 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Juste de avaliação patrimonial: Compreende o ajuste a valor justo a redução ao valor recuperável dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a variação da taxa de juros da provisão complementar de cobertura (PCC), líquidos dos efeitos tributários.

	2025	2024
Capital social	246.274	196.274
Reservas de lucros e reservas de resultados	1.010.859	715.368
Total	1.257.133	911.642

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Ramos de atuação - seguros

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Ramos de atuação	6.413	6.227	2,01%	0,00%
Contribuição de risco	6.413	6.227	0,00%	0,16%
Vida individual por sobrevivência	38.573	39.465	18,65%	34,08%
Total	44.986	45.692	16,28%	29,43%

b) Rendas de contribuições e prêmios

	2025	2024
VGBL	171.724	178.499
PGBL	94.788	100.186
Tradicional	76.091	77.524
Total	342.603	356.209

c) Prêmios ganhos

	2025	2024
Prêmios ganhos	44.986	45.692
Prêmios emitidos	70.335	74.766
Contribuições para cobertura de riscos	6.416	6.227
Variações de provisões técnicas de prêmios	(31.765)	(35.301)
d) Sinistros ocorridos	(7.325)	(13.449)
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	(7.213)	(13.370)
Provisão de despesas relacionadas - PDC	–	(107)
Variação de sinistros/eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	(60)	(118)
Variação de sinistros/eventos ocorridos mas suficientemente avisados - IBNeR	(52)	146

e) Custo de aquisição de seguros e previdência

	2025	2024
Comissão - Vida	(18.576)	(20.487)
Comissão - VGBL	(9.474)	(10.408)
Comissão - VGBL	(2.383)	(2.605)
Variação das despesas de comercialização diferidas - Vida	(2.422)	(3.118)
Despesa com corretagem	(2.077)	(1.827)
Despesa de custeamento de venda	(1.281)	(1.248)
Variação das despesas de comercialização diferidas - VGBL	(707)	(701)
Variação das despesas de corretagem e agenciamento diferidas	(385)	(581)
Outros custos de aquisição	–	(1)

f) Outras receitas e despesas operacionais

	2025	2024
Receitas com penalidades	9.219	798
Recuperação/despesas de rendas pagas	5.199	7.201
Redução ao valor recuperável	4.951	(5.678)
Outras receitas e despesas operacionais	533	(103)
Despesa com serviços médicos	(1.419)	(206)
Despesa com cobrança	–	(402)
g) Resultado com resseguro	(45)	(14)
Prêmio de resseguro cedido	(22.436)	(19.458)
Recuperação de indenizações	28.330	(27.366)
Provisões técnicas de prêmios	5.638	7.925
Provisões técnicas de sinistros	1	–
h) Despesas administrativas	305	(15)
Pessoal próprio	(14.678)	(21.324)
Serviços de terceiros	(7.298)	(8.660)
Localização e funcionamento	(4.521)	(7.828)
Publicação	(936)	(1.467)
Depreciação e amortização	(145)	(135)
Donativos e contribuições	(87)	(90)
Publicidade e propaganda	(69)	(62)
Outras despesas administrativas (*)	(22)	(22)
(*) R\$ (1.485) (R\$ (3.003) em 31 de dezembro de 2024) refere-se a compartilhamento de despesas e receitas entre as empresas do GRUPO Mapfre.	(1.600)	(3.082)

i) Despesas com tributos

	2025	2024
Taxa de fiscalização	(6.419)	(7.324)
COFINS	(3.529)	(3.533)
ISS	(1.566)	(2.464)
PIS	(683)	(709)
Outros tributos	(504)	(400)
j) Resultado financeiro	(13.187)	(25.201)
Receitas financeiras	379.659	222.458
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	313.610	152.511
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	65.742	69.301
Atualização monetária e juros de resseguro	(289)	357
Outras receitas financeiras	596	289
Despesas financeiras	(392.846)	(197.257)
Atualização monetária - PGBL/VGBL	(302.517)	(132.901)
Atualização monetária - Vida Individual	(40.069)	(44.905)
Atualização de excedente financeiro	(35.468)	(660)
Atualização monetária - Tradicional	(13.951)	(17.462)
Atualização monetária de valores a regularizar	(400)	(759)
Redução ao valor recuperável	(136)	(4)
Outras despesas financeiras	(305)	(566)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	2025		2024	
	Contribuição	Contribuição	Contribuição	Contribuição
Imposto social sobre o lucro líquido	(3.414)	(3.414)	34.890	34.890
Adições e exclusões permanentes (*)	(306)	(306)	(53.785)	(53.785)
Adições e exclusões temporárias	(417)	(417)	(931)	(931)
Resultado fiscal antes da compensação de prejuízo fiscal	(4.137)	(4.137)	(19.826)	(19.826)
Resultado fiscal do exercício	(4.137)	(4.137)	(19.826)	(19.826)
Tributo sobre o lucro/prejuízo do exercício	2	(1)	42	24
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,2%	0,1%

(*) Em 2024, refere-se a provisão complementar de cobertura (PCC) e provisão de excedente financeiro (PEF) pela adoção da circular SUSEP nº 678/2022.

b) Créditos tributários e previdenciários

	2024	Constituição	Reversão	2025
Ativo	2024	Constituição	Reversão	2025
Tributos a compensar	282	9	(1)	290
Tributos retidos na fonte	67	7.189	(5.114)	2.142
Total do ativo circulante	349	7.198	(5.115)	2.432
Ativo	2023	Constituição	Reversão	2024
Provisão para riscos de crédito	(194)	(161)	107	(248)
Ajustes de títulos a valor justo TVM	37.936	14.857	(15.008)	37.785
Ajustes de PCC	(5.187)	4.515	(4.725)	(5.397)
Total do ativo não circulante	32.555	19.211	(19.626)	32.140

17. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidades de perda

	2025		2024	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Saldo inicial	3.100.097	3.136.684	3.100.097	3.136.684
Constituição	212.198	209.598	392.405	196.687
Atualização monetária/PEF	(177.035)	(163.901)	(442.733)	(440.738)
Portabilidades	–	–	176.777	161.767
Saldo final	3.261.709	3.100.097	3.261.709	

→ continuação

Mapfre Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia empresas que compõem o GRUPO Mapfre, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

		2025		2024	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
MAC Investimentos S.A. (1)	Empresa ligada	12	65	4	52
Mapfre Brasil Participações S.A. (1)	Acionista Indireta	30	26	2.479 (2.392)	251 679 (1.476)
Mapfre Capitalização S.A. (1)/(3)	Empresa ligada	143	81	1.503 (419)	56 14 932
Mapfre Investimentos Ltda. (1)/(3)	Empresa ligada	11	108	9	52
Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros (2)	Empresa ligada	2.487	7.138	5.943 (28.380)	9.862 6.873 7.910 (27.366)
Mapfre Seguros Gerais S.A. (1)/(3)	Empresa ligada	895	259	15.489 (8.739)	457 3.063 3.170 (5)
Mapfre Vida S.A. (1)	Empresa ligada	184	173	4.385 (3.571)	71 101 769 (1.097)
MAWDY Ltda. (1)/(3)	Empresa ligada	3	19	(6)	13
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda. (1)	Empresa ligada	7	39	(3)	34
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)	Empresa ligada	8	8	74 (146)	1 7 (7)
Total		3.780	7.685	30.104 (43.742)	10.309 13.611 (29.951)

1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Companhia, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da Mapfre Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: i) administração financeira; ii) tecnologia da informação; iii) localização; iv) jurídico; v) recursos humanos; vi) marketing e vii) corporativo, percentuais estes

definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO Mapfre. 2) Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido a Resseguradores. Os valores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. 3) Refere-se aos planos de previdência dos funcionários registrados nas respectivas empresas. a) **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária a remuneração, os benefícios, os bônus e a participação nos lucros da Administração. Os montantes são pagos pelas empresas do GRUPO Mapfre.

	2025	2024
Honorários	21.270	20.397
Bônus e participação nos lucros	10.735	9.208
Incentivos a longo prazo - ILP	17.325	13.627
Total	23.645	—
Total	72.975	43.232

A Companhia tem como política o pagamento baseado em ações da controladora a seus Administradores.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria está instituído na empresa Mapfre Participações S.A., nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, e alterações, tendo alcance sobre a Companhia. b) **Honorários de auditores independentes:** Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Mapfre S.A. (ES).

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18 de fevereiro de 2026, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP homologou o aumento de capital no montante de R\$ 50.000, relativo ao processo nº 15414.672293/2025-01, aprovado pelos acionistas em 2025.

DIRETORIA

FELIPE COSTA DA SILVEIRA NASCIMENTO Diretor Presidente	ALESSANDRA SAYEGH GOMES LOPES DELVAUX Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade ANA PAULA BERNIZ PIN MODESTO Diretora Executiva de Recursos Humanos	ANDRÉ CONDE CASELLI Diretor Executivo de Tecnologia LUIZ FERNANDO PADIAL DE CAMARGO Diretor Executivo Técnico	NELSON FILIPE DE OLIVEIRA LOPES ALVES Diretor ROBERTO JUNIOR DE ANTONI Diretor Executivo de Operações	SIMONE PEREIRA NEGRÃO Diretora Executiva Jurídica e Secretária Geral Brasil
--	--	--	--	---

CONTADORA

TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0

ATUÁRIA

VERA LUCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

O Comitê de Auditoria da Mapfre Participações S.A., é um Órgão Estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das Demonstrações Financeiras e avaliar a efetividade do Sistema de Controles Internos e das Auditorias Externa e Interna.

É constituído por 4 (quatro) membros efetivos independentes e instituído na Empresa Líder Mapfre Participações S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos. Durante os primeiros 6 (seis) meses do ano de 2025 o Comitê de Auditoria foi composto pela Sra. Rosana Passos de Padua e pelos Srs. Edgar Jabbour, Francisco Petros Oliveira Lima Papanhasiads e Luiz Cláudio Ligabue (Coordenador). A partir de 1º de setembro de 2025, o Sr. Adilson José Cardoso Pereira foi eleito para compor o Comitê, seguido pela eleição da Sra. Heloisa Belotti Bedicks em 1º de outubro de 2025, ambos em substituição aos Srs. Edgar Jabbour e Francisco Petros Oliveira Lima Papanhasiads.

O universo de atuação do Comitê compreende a Instituição Líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: Mapfre Capitalização S.A., Mapfre Previdência S.A., Mapfre Seguros Gerais S.A. e Mapfre Vida S.A.

Os administradores da Empresa Líder e de suas Subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter Sistemas de Controles Internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a

qualidade e a adequação do Sistema de Controles Internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

A KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. é responsável pela auditoria e emissão de parecer dos Auditores Atuários Independentes das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, inclusive, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação das provisões técnicas, dos Sistemas de Controles Internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, Auditorias Interna e Externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Colegiado e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas Áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das Demonstrações Financeiras; ao Sistema de Controles Internos; aos processos contábeis; aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos; ao processo de gestão de riscos; e aos relativos a fraude, denúncias e irregularidades. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das Auditorias Interna e Externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos; conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis e dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das Empresas abrangidas.

Revisou as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório da Administração da Mapfre

Capitalização S.A., Mapfre Previdência S.A., Mapfre Seguros Gerais S.A. e Mapfre Vida S.A. e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- As Auditorias Externas também são efetivas e as informações por elas fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê de Auditoria acerca da integridade das Demonstrações Financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos;
- Todas as recomendações apresentadas à Presidência ou ao Diretor Presidente foram acatadas na íntegra;
- As Demonstrações Financeiras da Mapfre Capitalização S.A., Mapfre Previdência S.A., Mapfre Seguros Gerais S.A. e Mapfre Vida S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Empresas em 31 de dezembro de 2025 e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, práticas estas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP Superintendência de Seguros Privados.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

Heloisa Belotti Bedicks
Coordenadora e Membro Titular
Luiz Cláudio Ligabue
Membro Titular

Adilson José Cardoso Pereira
Membro Titular
Rosana Passos de Padua
Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Mapfre Previdência S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Mapfre Previdência S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mapfre Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Auditor e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a contadores e demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das provisões técnicas (PEF e PCC) e a realização do teste de adequação de passivos (TAP)

Veja as Notas nºs 3(j), 3(l) e 14 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia mantém as seguintes provisões técnicas relacionadas aos contratos de previdência complementar: provisão de excedente financeiro (PEF) e provisão complementar de cobertura (PCC), sendo esta última constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado pelo teste de adequação de passivos (TAP).

Na mensuração das referidas provisões técnicas, e na realização do teste de adequação de passivos (TAP), a Companhia utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, tabua de mortalidade, longevidade, nível de resgate dos planos de previdência complementar, taxas de desconto e de juros. Em razão da representatividade dos saldos dessas provisões técnicas e do julgamento envolvido na realização do teste de adequação de passivos (TAP), consideramos a mensuração dessas provisões técnicas como um principal assunto de auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos (TAP) e da provisão complementar de cobertura (PCC); (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram;

- na avaliação das metodologias e das premissas, tais como longevidade, nível de resgate dos planos de previdência complementar, taxas de desconto e de juros, utilizadas na realização do teste de adequação de passivos (TAP), com base em premissas derivadas das próprias informações

históricas da Companhia;

- no recálculo independente do teste de adequação de passivos (TAP) e da respectiva Provisão complementar de cobertura (PCC), para os planos em fase de concessão de benefícios, considerando as práticas atuariais usualmente utilizadas e as informações históricas da Companhia.

(iii) testes de precisão e integridade das bases de dados de prêmios emitidos, contribuições recebidas e benefícios e resgates pagos, utilizadas para mensuração da provisão complementar de cobertura, conforme aplicável, incluindo o confronto com as bases analíticas suporte aos registros contábeis.

(iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas na realização do teste de adequação e na provisão de excedente financeiro, como valores das contribuições e prêmios, benefícios e resgates, tipo de plano, data de registro, data de nascimento do participante, período de vigência, valor da cota dos fundos de investimento, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportadas, incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável e;

(v) recálculo, com base em amostragem, da provisão de excedente financeiro; e

(vi) avaliação das divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Mapfre Previdência S.A.
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Mapfre Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Mapfre Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação

patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Mapfre Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Mapfre Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente

nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Verbo Divino, 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Anexo I
Mapfre Previdência S.A.
(Em milhares de Reais)

	2025
1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	3.261.709
Total de provisões técnicas auditadas	3.261.709
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	2025
Provisões Técnicas Auditadas (a)	3.261.709
Valores redutores auditados (b)	4.337
Total a ser coberto (a-b)	3.257.372
2025	2025
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	76.757
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	76.757
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	2025
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	149.120
Ajustes Econômicos do PLA	55.576
Exigência de Capital (CMR) (b)	76.757
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	72.363
Ativos Garantidores (d)	3.346.818
Total a ser Coberto (e)	3.257.372
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	89.446
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	2025
0983, 0986, 0991, 1383, 1386, 1391	2.049

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0



Juntos, construímos um Futuro Sustentável

Nossa atuação é guiada pelos pilares meio ambiente, compromisso social, governança corporativa e negócio responsável, que nos orientam a transformar compromissos em soluções que geram valor no longo prazo.

Trabalhamos para cuidar do que é importante para você, para a sociedade e para o meio ambiente.

